

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N °                      , DE 2013  
(Do Sr. Antonio Imbassahy)

Solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado de Minas e Energia, Senhor Edison Lobão, por intermédio da Petróleo Brasileiro – Petrobras S.A. sobre a venda dos ativos da empresa na República Argentina.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, arts. 24, inciso V e § 2º, 115, 116, e 226, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, sejam solicitadas ao Excelentíssimo Ministro de Minas e Energia, por intermédio da Petrobras, informações referentes a transação envolvendo a alienação de ativos da Petrobras S.A. na Argentina, que envolvem refinarias, distribuidoras, postos de combustíveis, gasodutos, e unidades petroquímicas operadas pela subsidiária “Petrobras Argentina – Pesa”, naquele País.

- 1) Em que data se deu a decisão de venda da participação acionária da Petrobras S.A. na empresa argentina “Pesa”, qual a promitente empresa adquirente dessa participação e qual o percentual de capital envolvido? Encaminhar cópia fiel dos termos do contrato – de confidencialidade ou não - celebrado entre as partes.
- 2) Quais os critérios que levaram a empresa a decidir pela alienação desses ativos, considerando que, no momento, as ações da Pesa embutem desvalorização de cerca de 60% quando comparadas com as cotações de 2011 ?
- 3) Quais os valores envolvidos na negociação e a que ativos eles se referem ?
- 4) Em que ano se deu a aquisição/constituição da empresa “Pesa” pela Petrobras e qual o montante despendido na aquisição e nos investimentos feitos até a presente data ?
- 5) A venda dos ativos em questão, na forma constante no contrato, está sendo feita de forma lucrativa para a Petrobras?
- 6) Em que data o Conselho de Administração da Petrobras assentiu com a proposta de venda da “Pesa” na forma estabelecida no contrato entre as partes?
- 7) Discriminar o valor contábil, bem como de mercado de cada unidade de negócio da “Pesa” incluída na operação de venda.

## JUSTIFICAÇÃO

Após o evento da venda da refinaria da Petrobras situada em Pasadena, Texas, Estados Unidos, mais uma notícia envolvendo a venda de ativos da Petrobras no exterior chama a atenção pela falta de transparência da empresa, pelo inusitado da operação e pelos valores da negociação conforme veiculado pela revista “Época”, em sua edição de 1º de abril de 2013. Referida negociação nos moldes propostos, conforme a matéria, apontam para mais uma operação danosa aos cofres da estatal, segundo fontes internas da própria Petrobras.

Trata-se do acordo para a venda de parte do total de 67% das ações de propriedade da Petrobras S.A. na empresa “Petrobras Argentina”, também conhecida como Pesa, bem como de várias unidades de negócios espalhadas pelo território argentino como refinarias, distribuidoras, postos de combustíveis, gasodutos e polos petroquímicos.

A qualquer empresa de capital aberto é dado o direito de alienar ativos em momentos de necessidade de injeção de capital, de concentrar investimentos ou mesmo de “fazer caixa” enquanto são definidos novos alvos ou ambientes favoráveis de negócios, o que é também conhecido como plano de desinvestimentos.

Ocorre que na Petrobras, o atual plano de desinvestimento anunciado no Plano de Negócios 2013 – 2017, e submetido ao Conselho de Administração foi aprovado considerando que esse montante será de US\$ 10 bilhões, o que pela vultosa importância remete a dificuldades na obtenção de dinheiro novo para seus investimentos.

Como entender então que em 2002, tendo a Petrobras adquirido 58% da maior empresa privada argentina de petróleo - Perez Companc. (posteriormente transformada em Pesa), desembolsado US\$ 1,1 bilhão, assumido dívidas de US\$ 2 bilhões, injetado até 2009, US\$ 2,1 bilhões e com seus papéis amargando pesada desvalorização desde 2012 - perda de 60% - esses ativos estejam sendo vendidos nesse momento desfavorável à empresa? Como aliená-los agora, amargando aparente prejuízo, em um momento que a empresa experimenta um aumento de 143% no seu endividamento líquido, aumento na relação da dívida líquida sobre a geração de caixa, o que traz o risco de rebaixamento no “rating” da empresa no mercado e um lucro líquido menor que o observado pela empresa em 2007?

Pelas razões expostas e dada a ausência, mais uma vez, de transparência nos negócios da empresa e em face da necessidade de obtermos respostas satisfatórias em função do suposto sigilo que a Petrobras impõe de forma recorrente aos cidadãos brasileiros – seus acionistas majoritários por intermédio da União – é que formulamos o presente requerimento de informações de forma a possibilitar o conhecimento dessa operação por esta Casa, adotando as providências regimentais cabíveis para discutir qualquer possível ação que nos pareça lesiva aos cofres da estatal.

Sala das Sessões, em            de abril de 2013.

Deputado ANTONIO IMBASSAHY  
( PSDB-BA )